

Terapia hormonal e os impactos biopsicossociais em pessoas transexuais

Tainara Almeida Chaves¹; Maria Eduarda Silva Caetano¹; Isadora Melo Viana¹; Lydice Marise Cesar Gomes¹; Wesley da Silva Gomes².

1. Discente do curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.
2. Docente do curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.

RESUMO: Transexualidade refere-se à condição do indivíduo que possui uma identidade de gênero diferente da designada no seu nascimento. A identificação com o sexo oposto motiva o processo de alteração do gênero por meio da transição social, terapia hormonal e/ou intervenções cirúrgicas. A terapia hormonal, fundamental ao processo da transição, oferece diversos desafios ao indivíduo, impactando psicologicamente, socialmente e fisiologicamente. Reconhecer os impactos biopsicossociais da terapia hormonal sobre as pessoas transexuais. O presente estudo é uma revisão sistemática de literatura, de cunho qualitativo, composta por dados coletados do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, além de 15 artigos científicos originais na língua inglesa e portuguesa publicados entre 2016 e 2020 nas bases de dados Scielo, PubMed e Google acadêmico. Pacientes transexuais objetivam assumir as características sexuais secundárias do sexo oposto, processo esse relacionado à terapia hormonal. Tal processo expõe essas pessoas a diversos riscos, como doença tromboembólica, disfunção hepática severa (transaminases superiores ao triplo do limite normal), câncer de mama, doença arterial coronariana, doença cerebrovascular e enxaquecas severas, todos relacionados ao aumento nos níveis séricos de estrogênio. Em relação a utilização de testosterona, tem-se câncer de mama, neoplasias uterinas, eritrocitose e disfunção hepática severa semelhante àquela observadas nos transexuais em tratamento com estrogênio. Nota-se que as repercussões sobre organismo não culminam somente nesses efeitos, mas também em todas as funções relacionadas aos eixos hipotálamo-hipófise-gônadas e hipófise-tireoide. O Ministério da Saúde estabelece diretrizes técnicas e éticas para o processo transexualizador no SUS por meio da Portaria GM nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, definindo que o processo de cuidado consiste no atendimento clínico, psicológico e psiquiátrico, na assistência social e na realização das cirurgias de transgenitalização e de caracteres sexuais secundários. No entanto, ainda há um longo caminho para garantir a essas pessoas o acolhimento e amparo sem limitações oriundas do preconceito da sociedade. A transição expõe o sujeito a preconceitos e angústias por não se identificar com seu corpo físico e submeter-se a alterações fisiológicas potencialmente nocivas. Infelizmente, há inúmeras dificuldades no acesso e permanência aos serviços de saúde, sobretudo pelo desrespeito ao uso do nome social e a transfobia, além do desconhecimento dos profissionais de saúde em relação à terapia hormonal. Logo, é fundamental garantir que o processo de transexualização seja devidamente amparado pelos profissionais de saúde, além de assegurar todos os direitos sociais constados na lei, a fim de garantir o acesso a benefícios socioassistenciais e políticas públicas dirigidas à toda população brasileira.

Palavras-chave:
Transexuais;
Impactos na
saúde;
Hormônios.